



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de contratação, contendo os elementos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazo de execução.

1.2. O presente Termo de Referência foi elaborado em consonância com os ditames expressos na Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos, conjuntamente o Decreto Municipal nº 9.592/PMC/2024 – Regulamenta a Lei de Licitações e Contratos em âmbito Municipal, dos quais possuem finalidade de instruir procedimento a ser deflagrado para **PROVIMENTO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS TECNOLÓGICOS DESTINADOS AO APOIO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS E TÉCNICAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL, COMPREENDENDO SMARTPHONES, BATERIAS ORIGINAIS COMPATÍVEIS COM CÂMERA CANON EOS 5D MARK IV, REBATEDORES DE LUZ, RÁDIOS COMUNICADORES, BASTÃO DE LUZ LED E ESTABILIZADOR ELETRÔNICO PARA SMARTPHONE**, de modo que a solução atenda às pretensões da Superintendência de Comunicação Municipal - SECOM.

1.3. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 175, condicionou à prestação de serviços públicos a realização de prévio procedimento licitatório, no entanto, a própria Carta Magna ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem necessidade de tal procedimento, conforme depreende o inciso XXI do artigo 37.

1.4. Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos basilares, o primeiro é o de estabelecer um tratamento igualitário entre os interesses em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e de moralidade, e o segundo revelasse no propósito do Poder Público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

2. DAS DIRETRIZES QUE NORTEARÃO A PRETENSA CONTRATAÇÃO:

2.1. Os elementos normativos que regularão o presente prospecto seguirão destrinchados nos parágrafos subsecutivos:

- CRFB/1988;
- LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;





- LEI FEDERAL Nº 8.078/1990;
- LEI FEDERAL Nº 9.503/997;
- LEI COMPLEMENTAR Nº123/06;
- LEI FEDERAL Nº 8.723/ 1993.
- DECRETO MUNICIPAL Nº 9.592/PMC/2024;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 01 DE 19/01/2010;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65 DE 07 DE JULHO DE 2021;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73/2020;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº004/2024/PMC.

3. DO OBJETO/OBJETIVO:

3.1. DO OBJETO:

3.1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto atender às demandas da Superintendência de Comunicação Municipal, mediante a aquisição de smartphones, baterias originais compatíveis com a câmera Canon EOS 5D Mark IV, rebatedores de luz, rádios comunicadores, bastões de luz LED e estabilizadores eletrônicos para smartphones. Os itens destinam-se ao suporte operacional e técnico das atividades institucionais desenvolvidas pela referida Superintendência, em conformidade com o disposto no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

3.2. DO OBJETIVO:

3.2.1 O presente documento tem como objetivo assegurar condições adequadas para a produção, o registro, a transmissão e a cobertura institucional de eventos, ações administrativas, campanhas informativas e demais atividades oficiais do Município, promovendo maior qualidade técnica, confiabilidade das informações e eficiência na comunicação pública.

3.2.2 Visa-se, ainda, à estruturação e modernização dos recursos utilizados pela Superintendência de Comunicação Municipal, com padronização dos equipamentos, otimização das rotinas operacionais e garantia da continuidade dos serviços, contribuindo para a transparência administrativa, a ampla divulgação das ações governamentais e o fortalecimento da relação entre a Administração Pública e a sociedade.

3.3. DAS ESPECIFICAÇÕES/ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SMARTPHONE COM TELA DE SUPER RETINA XDR OLED DE 6,9 POLEGADAS COM RESOLUÇÃO DE 2868 X 1320 PIXELS, TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 120 HZ, PICO DE BRILHO DE 3.000 NITS E PROTEÇÃO CERAMIC SHIELD 2	UND	03	R\$ 18.440,68	R\$ 55.322,04





	SISTEMA OPERACIONAL IOS 26 PROCESSADOR COM NO MÍNIMO DE 6 NÚCLEOS 2 TB DE ARMAZENAMENTO INTERNO MEMÓRIA DE 12GB RAM CÂMERA TRASEIRA TRIPLA: CÂMERA PRINCIPAL DE 48 MP CÂMERA ULTRAWIDE DE 48 MP COM ABERTURA F/2.2 CÂMERA TELEFOTO DE 48 MP COM OIS E ZOOM ÓPTICO DE 4X CÂMERA FRONTAL DE 18 MP COM AUTOFOCO CERTIFICAÇÃO IP68 CONTRA ÁGUA E POEIRA COM SUPORTE: 5G, WI-FI 7, BLUETOOTH 6.0, GPS, NFC FACE ID, BOTÃO PARA CONTROLE DE CÂMERA, BOTÃO DE AÇÃO. BATERIA MÍNIMO DE 5.050 MAH COM RECARGA DE ATÉ 25 W PESO MAXIMO: 235 GRAMAS ACESSÓRIOS: CARREGADOR COMPOSTO POR FONTE DE ALIMENTAÇÃO E CABO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 20W, NA COR BRANCA, COMPATÍVEL COM DISPOSITIVOS QUE UTILIZEM CONECTOR TIPO LIGHTNING. DEVE PERMITIR CARREGAMENTO RÁPIDO, COM FORNECIMENTO DE ENERGIA ESTÁVEL E SEGURO, ATENDENDO AOS PADRÕES DE QUALIDADE E SEGURANÇA APLICÁVEIS.				
02	BATERIA CANON LP-E6NH ORIGINAL 2130 MAH COMPATÍVEL COM CÂMERA CANON EOS 5D MARK IV.	UND	03	R\$ 1.035,19	R\$ 3.105,57
03	BASTÃO DE LUZ LED RGB COM CONTROLE REMOTO QUANTIDADE MÍNIMA DE LEDS: 420 LED'S POTÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA: 5.400 LÚMENS POTÊNCIA ELÉTRICA NOMINAL: MÍNIMO 40W TEMPERATURA DE COR AJUSTÁVEL: MÍNIMO ENTRE 3200K E 5500K MODO RGB COM CONTROLE DE CORES CONTÍNUO AJUSTE DE INTENSIDADE POR CONTROLE REMOTO COM TOUCH PAD ÂNGULO DE ILUMINAÇÃO: COM VARIAÇÃO ENTRE 55° E 110° ROSCA PADRÃO DE TRIPÉ COMPATÍVEL (¼ DE POLEGADA) COMPRIMENTO DO PAINEL DE LEDS: MÍNIMO 40 CM PESO MÁXIMO (SEM BATERIA): ATÉ 850G DIMENSÕES APROXIMADAS: 58 X 5 X 2,5 CM FONTE DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (INCLUSA) COMPATÍVEL COM BATERIAS RECARREGÁVEIS SÉRIE NP-F (MODELO F750, F770, F960 OU F970) ACOMPANHA BOLSA DE TRANSPORTE ACOMPANHA FILTRO DE COR ÂMBAR (LARANJA). ACESSÓRIOS INCLUSOS NO CONJUNTO: 01 ILUMINADOR LED CONFORME	UND	02	R\$ 1.202,40	R\$ 2.404,80





	ESPECIFICAÇÕES 01 CONTROLE REMOTO COM BATERIA INCLUSA 01 FILTRO DE COR ÂMBAR (LARANJA) 01 FONTE DE ENERGIA A/C BIVOLT 01 TRIPÉ COM ALTURA MÍNIMA DE 2 METROS 01 BATERIA F-970 01 CARREGADOR DE BATERIA COMPATÍVEL COM MODELO F-970				
04	KIT COM 10 RÁDIOS COMUNICADORES VHF/UHF/FM WALKTALK BANDAS DE FREQUÊNCIA 16 COR PRETO DESCRIÇÃO DO PRODUTO: KIT COM 10 RÁDIOS COMUNICADORES PARA MONITORAMENTO E AUXÍLIO NO TRABALHO DE FORMA PRÁTICA E RÁPIDA. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: EQUIPAMENTOS DE VOZ SEGURO FREQUÊNCIA: 400-470MHZ RÁDIO FM CAPACIDADE: 1500MAH ESPAÇAMENTO ENTRE CANAIS POWER: 5W TENSÃO OPERADO: 3,7 V BATERIA VOLTAGEM: 7,4V. ITENS INCLUSOS: - 10 RÁDIOS COMUNICADORES WALK TALK - 10 BATERIAS - 10 FONTES CARREGADOR - 10 ANTENAS - 10 ALÇAS DE PULSOS - 10 CLIPES DE CINTO - 10 FONES DE OUVIDO	UND	01	R\$ 750,42	R\$ 750,42
05	REBATEDOR 5X1 REFLETOR 60CM DIFUSOR DE LUZ CIRCULAR 5 EM 1 REFLETOR FOTOGRÁFICO E DIFUSOR (PRETA - DIFUSORA - PRATA - OURO - BRANCA) OS REBATEDORES SÃO AMPLAMENTE UTILIZADOS EM FOTOS EXTERNAS, ELES SERVEM PRINCIPALMENTE NA HORA DE TRABALHAR OS EFEITOS DE LUZ NAS FOTOS REALÇANDO CORES MAIS QUENTES OU MAIS FRIAS DE ACORDO COM A COR DO REBATEDOR UTILIZADO, ALÉM DISSO, FORNECE TAMBÉM SUAVIZAÇÃO DOS EFEITOS DE SOMBRA O QUE O TORNA UM ITEM INDISPENSÁVEL PARA FOTOS DE ALTA QUALIDADE. O REBATEDOR / DIFUSOR 5 EM 1 PERMITE QUE VOCÊ ILUMINE OU SUAVIZE ÁREAS DE SOMBRA DO OBJETO A SER FOTOGRAFADO. ELE OFERECE QUATRO SUPERFÍCIE REFLEXIVAS (PRATA, BRANCO, OURO, PRETO), UMA DIFUSORA. - TELA OURO: CRIA UMA SENSAÇÃO QUENTE, DE VERÃO, QUE FUNCIONA	UND	01	R\$ 91,22	R\$ 91,22





	<p>BEM COM TONS DE PELE.</p> <ul style="list-style-type: none">- TELA PRATA: AUMENTA OS REFLEXOS ESPECULARES E PRODUZ UMA IMAGEM DE ALTO CONTRASTE. É PERFEITA PARA VÍDEO, FOTOS DE PRODUTOS, E P&B FOTOGRAFIA.- TELA PRETA: ELIMINA OS REFLEXOS INDESEJADOS E TONALIDADES DE COR OU FAZ O BLOQUEIO DA LUZ.- TELA BRANCA: RESALTA AS CORES NEUTRAS, FUNCIONA COMO UM PREENCHIMENTO DA FONTE DE LUZ PARA FOTOS DE PRODUTO E INDOOR / OUTDOOR RETRATOS.- TELA DIFUSORA: É USADA PARA DIFUNDIR A LUZ DURA, PRODUZINDO UMA AMPLA FONTE DE LUZ E UM EFEITO SUAVE E ENVOLVENTE, IDEAL PARA RETRATOS AO AR LIVRE OU SEMPRE QUE UMA LUZ MAIS SUAVE É NECESSÁRIA. <p>DIÂMETRO ABERTO: 60CM. DIÂMETRO FECHADO: 30CM. ACOMPANHA BOLSA PARA TRANSPORTE.</p>				
06	<p>ESTABILIZADOR ELETRÔNICO PARA SMARTPHONE TIPO: ESTABILIZADOR ELETRÔNICO PORTÁTIL DE 3 EIXOS (PAN, TILT E ROLL) PARA SMARTPHONE. COMPATIBILIDADE: LARGURA DO SMARTPHONE: 67 A 84 MM ESPESSURA DO SMARTPHONE: 6,9 A 10 MM PESO SUPORTADO: ATÉ 300 G PESO DO EQUIPAMENTO: APROXIMADAMENTE 300 G DIMENSÕES: ABERTO: 278 × 107 × 93 MM DOBRADO: 179 × 95 × 39 MM FIXAÇÃO: SUPORTE MAGNÉTICO REMOVÍVEL COM SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO BATERIA: TIPO: ÍONS DE LÍTIO (LI-PO) INTERNA E RECARREGÁVEL CAPACIDADE: MÍNIMO DE 3.000 MAH AUTONOMIA: ATÉ 10 HORAS EM USO CONTÍNUO SEM RASTREAMENTO TEMPO DE RECARGA: APROXIMADAMENTE 2,5 HORAS VIA CABO USB-C RECURSOS E MODOS INTELIGENTES: RASTREIO AUTOMÁTICO DE OBJETOS E PESSOAS (MODO TRACKING) COMANDO POR GESTOS PARA INÍCIO DE GRAVAÇÃO, RASTREAMENTO E MUDANÇA DE CÂMERA MODOS CRIATIVOS: TIME-LAPSE, MOTION-LAPSE, HYPERLAPSE, PANORÂMICA, ZOOM DINÂMICO CONTROLE REMOTO VIA APLICATIVO E COMPATIBILIDADE COM SMARTWATCHES EDIÇÃO ASSISTIDA POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)</p>	UND	01	R\$ 1.747,33	R\$ 1.747,33





VIA APLICATIVO CONTROLES: JOYSTICK PARA MOVIMENTAÇÃO BOTÕES FÍSICOS PARA ALTERNAR MODOS, CÂMERA FRONTAL/TRASEIRA E INICIAR/PARAR GRAVAÇÃO CONECTIVIDADE: BLUETOOTH E PORTA USB-C ITENS INCLUSOS: SUPORTE MAGNÉTICO PARA SMARTPHONE TRIPÉ RETRÁTIL INTEGRADO CABO USB-C BOLSA OU ESTOJO PARA TRANSPORTE				
VALOR TOTAL:				R\$ 63.421,38

3.3.1. O valor total perfaz **R\$ 63.421,38 (SESSENTA E TRÊS MIL E QUATROCENTOS E VINTE E UM REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)**, sendo que constitui mera previsão dimensionada.

3.3.2. Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º, da Lei nº14. 133/2021 e Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021.

3.3.3. Foram consultadas fontes de referência, como Banco de Preços, com o objetivo de verificar a compatibilidade dos valores praticados no mercado, garantindo assim a razoabilidade, economicidade e legalidade da contratação pretendida.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA FINALIDADE PÚBLICA/ NECESSIDADE:

4.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE/FINALIDADE PÚBLICA DESCRITA PELA UNIDADE DEMANDANTE:

4.1.1 A comunicação pública eficiente é instrumento fundamental para assegurar os princípios da transparência, da publicidade dos atos da administração pública e do direito de acesso à informação, conforme previsto no art. 37 da Constituição Federal. Para garantir que essas atividades sejam desempenhadas com qualidade, agilidade e segurança, é indispensável à disponibilização de infraestrutura adequada por meio da aquisição de Smartphone com sistema operacional iOS.

4.1.2 A escolha do modelo de smartphone com sistema operacional iOS fundamenta-se em critérios técnicos voltados à padronização, eficiência operacional e integração da infraestrutura tecnológica utilizada pela Superintendência de Comunicação Municipal – SECOM.

4.1.3 Atualmente, o setor já dispõe de outros dispositivos iOS em uso, o que torna necessária a manutenção da mesma plataforma, garantindo compatibilidade total entre os aparelhos, integração nativa de sistemas e unificação do suporte técnico. A utilização de dispositivos iOS de forma integrada possibilita a sincronização automática de arquivos, fotos, vídeos, agendas e aplicativos





institucionais, além do compartilhamento ágil de conteúdos por meio de recursos como AirDrop e serviços em nuvem.

4.1.3 Em coberturas de eventos institucionais, essa compatibilidade assegura rapidez na captação, edição e envio de materiais em tempo real, evitando retrabalhos, conversões de formatos e incompatibilidades entre sistemas distintos. Soma-se a isso a ampla gama de recursos de acessibilidade, como ajustes de visualização, comandos por voz, legendas automáticas e ferramentas inclusivas, que ampliam a usabilidade dos equipamentos pelos servidores da SECOM.

4.1.4 A Superintendência de Comunicação Municipal acompanha de forma contínua as transformações tecnológicas da comunicação pública e, nesse contexto, optou por investir em equipamentos móveis multifuncionais, capazes de atender com eficiência demandas que antes exigiam o uso de câmeras fotográficas profissionais do tipo mirrorless.

4.1.5 O smartphone apresenta vantagens significativas, como maior mobilidade, portabilidade e rapidez de uso, permitindo captação imediata de fotos e vídeos sem necessidade de acessórios adicionais. Além disso, oferece usabilidade superior, integração direta com aplicativos de edição, comunicação instantânea, filmagens em alta resolução, estabilização automática, transmissões ao vivo e publicação imediata dos conteúdos produzidos.

4.1.6 A aquisição dos dispositivos não configura benefício pessoal, mas sim a disponibilização de ferramenta de trabalho essencial para a execução das atividades institucionais da SECOM.

4.1.7 Os aparelhos possibilitam a produção, edição, armazenamento e publicação de conteúdos institucionais com maior qualidade e agilidade, bem como a cobertura de eventos oficiais, ações governamentais, entrevistas, pronunciamentos e campanhas informativas. Também permitem o gerenciamento de múltiplas plataformas digitais, com acesso rápido às redes sociais institucionais, sites oficiais e sistemas de comunicação, garantindo produtividade e eficiência mesmo em atividades externas.

4.1.8 O equipamento adotado é reconhecido como referência mundial em desempenho, confiabilidade e integração entre hardware e software, oferecendo recursos avançados e de fácil usabilidade para gravação e edição de conteúdos audiovisuais. A praticidade, portabilidade, versatilidade e robustez dos dispositivos possibilitam sua utilização em diferentes ambientes e cenários, internos ou externos, contribuindo para a otimização da produção e divulgação institucional com eficiência, agilidade e qualidade técnica.

4.1.9 A necessidade de aquisição de três dispositivos justifica-se pela dinâmica das atividades da SECOM, permitindo a captação simultânea de imagens em plano e contra plano em eventos, entrevistas e gravações oficiais. Além disso, garante a continuidade das atividades quando um dos





aparelhos estiver em uso externo ou em processo de edição, assegurando que ao menos um dispositivo permaneça disponível para atendimento imediato das demandas de comunicação institucional.

4.1.10 Por fim, os smartphones também serão utilizados para a gestão e publicação dos perfis institucionais em redes sociais, evitando o uso de dispositivos particulares por servidores, o que reforça a segurança digital, a proteção de dados institucionais e a conformidade com boas práticas de governança da informação. É necessário também a aquisição de baterias originais compatíveis com câmera Canon, rebatedores de luz, rádios comunicadores e Estabilizador Eletrônico para Smartphone e Bastão de Luz LED. Tais equipamentos são essenciais para a cobertura de eventos oficiais, produção audiovisual, e comunicação entre equipes otimizando os serviços prestados à sociedade.

4.1.11 Dessa forma, a aquisição dos referidos equipamentos e acessórios é indispensável para garantir o funcionamento eficiente da Superintendência de Comunicação, atender às demandas crescentes de cobertura institucional e fortalecer o compromisso da administração pública com a informação transparente, acessível e de qualidade à população.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.1. Por se tratar de objetos que pode ser definido por especificações comuns de mercado, verifica-se a existência no mercado de empresas que fornecem os objetos demandado. Fator que amplia a competitividade e favorece o desenlace das demandas da Administração de forma plena. Analisando o mercado, transcorremos a constatação das seguintes alternativas ao engajamento ora intentado.

6.2. Objetivo da Licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto há requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais. Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras as dispensas de licitações e a inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob assentamento legal estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;





- II - Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
 - III - Parecer jurídico e pareceres técnicos se forem o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
 - IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
 - V - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
 - VI - Razão da escolha do contratado;
 - VII - Justificativa de preço;
 - VIII - Autorização da autoridade competente.
- Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

6.3. A contratação será realizada por dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021. Conforme justificado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), trata-se de contratação cujo valor está abaixo do limite legal de R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), aplicável a compras e outros serviços, conforme prevê a legislação vigente.

6.4. No caso em foco, conforme justificativas exposta no Documento de Formalização de Demanda – DFD, verifica-se a solicitação de Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso VIII do artigo 75 da Lei nº 14133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras; Valores estabelecidos na Lei nº 14.133 atualizados pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025.

6.5. Segundo o professor Marçal Justen Filho, um dos maiores especialistas em direito administrativo do Brasil, nos ensina:

"A dispensa de licitação é uma exceção à regra da licitação. Por isso, deve ser interpretada de forma restritiva. A dispensa de licitação deve ser fundamentada em razões de conveniência e oportunidade, que devem ser devidamente justificadas. A dispensa de licitação deve ser realizada nos casos e nas condições previstas na lei."
(Marçal Justen Filho).

6.6. Nos procedimentos administrativos para contratação e/ou aquisição, a Administração deverá ainda certificar-se dos requisitos de habilitação estabelecidos no Art. 62 da Lei 14.133/2021.

6.8. Por fim, com base no Documento de Formalização da Demanda (DFD), verifica-se a presença do interesse público, uma vez que a aquisição dos materiais é essencial para suprir e manter as necessidades operacionais da Superintendência de Comunicação Municipal - SECOM, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

7. PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A EXECUÇÃO E/OU LOCAL/PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS:





7.1. Os equipamentos deverão ser entregues no almoxarifado central situado na Avenida Araçatuba, nº 2296 - Bairro Industrial - Cacoal, observando o horário de expediente funcional (segunda á sexta feira - 07h30minh ás 12h00minh - 14h00minh ás 17h00minh) que deverão ser realizadas em até 30 dias (trinta) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho, de modo a satisfazer o interesse público.

7.2 A empresa contratada compromete-se a seguir todas as condições acordadas previamente, incluindo o cumprimento dos prazos de entrega, atendimento conforme especificações definidas. Qualquer divergência em relação ao combinado poderá implicar em revisão do serviço, aplicação de penalidades ou rescisão contratual, conforme avaliação das partes envolvidas.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

8.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, a documentação nos termos estabelecidos na Lei Federal N.º 14.133/2021:

8.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1 Comprovante de inscrição e da situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ);

8.2.2 Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante;

8.2.3 Contrato social ou instrumento equivalente, em vigor, que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto deste termo.

8.3 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

8.3.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais, Seguridade Social e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, ou outra equivalente, na forma da Lei;

8.3.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

8.3.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante ou outra equivalente na forma da Lei;

8.3.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) consoante disposição do art. 195, § 3º, da CF/1988 ou outra equivalente na forma da Lei;

8.3.6 Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou outra equivalente na forma da Lei.





9. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO/TRANSFERÊNCIA:

9.1 É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto.

10. DAS PROVIDENCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO/CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:

10.1. DAS PROVIDENCIAS ADMINISTRATIVAS A SEREM ADOTADAS:

a) Não se configura necessidade de elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da entrega do objeto.

b) Os objetos da presente aquisição não apresentam peculiaridades que justifiquem a necessidade de promover capacitação constante de servidores, à vista de os referidos encontrarem-se efetivamente aptos a gerir as execuções de origens similares.

10.2. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS VOLVIDAS ÀS COMPETÊNCIAS ESTRUTURAIS:

10.2.1. A aquisição por si só, permite o almejado, desta feita, não será necessário proceder a contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ALINHAMENTO COM O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

11.1. A demanda encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária da Superintendência de Comunicação Municipal.

11.2. Nesse contexto, a aquisição dos objetos constitui medida essencial para a adequada estruturação dos ambientes administrativos, contribuindo diretamente para a organização, funcionalidade e melhoria das atividades desenvolvidas pela Superintendência de Comunicação Municipal.

AÇÃO PROGRAMÁTICA	32.001-SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL - SECOM
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	32.001.24.131.0002.2.307 - COMUNICAÇÃO DE GOVERNO EXECUTIVO - SECOM
ELEMENTO E SUB ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE	150000000
REDUZIDO	321

AÇÃO PROGRAMÁTICA	32.001-SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL - SECOM
--------------------------	---





CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	32.001.24.131.0002.2.307 - COMUNICAÇÃO DE GOVERNO EXECUTIVO - SECOM
ELEMENTO E SUB ELEMENTO DA DESPESA	4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE	150000000
REDUZIDO	323

13. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

13.1. Caberá a unidade demandante, o recebimento dos itens incumbindo-lhe a declaração do aceite conforme as especificações do edital.

13.2. O recebimento dos itens estará condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante contratado a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber aos critérios de recebimento do objeto.

13.3. Todos os itens deverão ser novos, originais, de primeira linha, em perfeito estado de funcionamento, fabricados com materiais de qualidade comprovada, em conformidade com as normas técnicas e padrões aplicáveis, incluindo, quando pertinente, certificações exigidas pelos órgãos competentes.

13.4. O fornecimento compreenderá, no mínimo, smartphones, baterias originais e compatíveis com a câmera Canon EOS 5D Mark IV, rebatedores de luz, rádios comunicadores, bastões de luz LED e estabilizadores eletrônicos para smartphone, devidamente acondicionados e prontos para uso.

13.5. Deverá ser assegurada garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos e acessórios, contada a partir do recebimento definitivo, cobrindo defeitos de fabricação e falhas de funcionamento.

13.6. A contratada deverá assegurar a prestação de assistência técnica durante todo o período de garantia, compreendendo suporte técnico, manutenção corretiva e, quando necessário, a substituição de componentes ou equipamentos que apresentem defeito, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

13.7. A assistência técnica deverá ser prestada, preferencialmente, de forma presencial no município de Cacoal. Na impossibilidade, todas as despesas relacionadas ao transporte do produto correrão por conta da contratada, incluindo a retirada e a devolução do item no Almoxarifado Municipal, situado na Avenida Araçatuba, nº 2296.





13.8. Quando aplicável, a contratada deverá realizar a instalação, configuração inicial e testes de funcionamento no local indicado pela Administração, assegurando que os equipamentos estejam aptos para uso imediato.

13.9. Todos os equipamentos deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, incluindo certificações exigidas pelos órgãos competentes, quando aplicável.

13.10. O fornecimento deverá contemplar a entrega dos equipamentos e acessórios devidamente acondicionados, acompanhados de manuais, acessórios e itens necessários ao pleno funcionamento.

13.11. As efetivações dos procedimentos de liquidações em pagamentos tão somente seguirão, após a deliberação dos expedientes necessários, condicionados ainda aos ritos de vistas técnicas voltadas a verificação da plena execução de legitimidade dos atos administrativos.

13.12. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

13.13. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.14. Designar, formalmente, um representante com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

13.15. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

13.16. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

13.17. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à entrega dos materiais adquiridos;

13.18. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do presente objeto;

13.19. Não serão aceito em hipótese alguma, o objeto fora das especificações exigidas neste Instrumento;

13.20. Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto;

13.21. Assumir exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos itens e execução dos serviços necessários;

13.22. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência no mínimo 1 (um) dia a realização da entrega, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

13.23. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente;





13.24. A Contratada assumirá total responsabilidade por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio desta Prefeitura Municipal de Cacoal/RO, quando comprovadamente tenha ocorrido por negligência e/ou inabilidade dos funcionários da Contratada, e esta promoverá, a quem de direito, o ressarcimento dos danos, quando da execução dos serviços;

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

14.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

14.1.1. Requisitar a entrega mediante entrega de Nota de Empenho à empresa compromissária, conforme a existência de demanda e recursos orçamentários disponíveis;

14.1.2. Receber os serviços fornecidos, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á pela Superintendência de Comunicação Municipal após a verificação do cumprimento das especificações do objeto, nos termos deste instrumento e da proposta adjudicatária;

14.1.4. Os materiais serão recusados quando, após a verificação do cumprimento dos parâmetros de aquisição/contratação, nos termos deste instrumento e da proposta adjudicatária, for constatado que estes se apresentam em desacordo com os parâmetros exigidos ou ainda se conterem quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades, sendo emitido um relatório de Não conformidade do Serviço prestado, no qual deverá constar o motivo da recusa. Sendo estabelecido um novo prazo para que sejam sanadas as irregularidades constatadas.

14.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela LICITANTE VENCEDORA;

14.1.6. Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo dos serviços, em moeda corrente em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal devidamente atestada pelo secretário da pasta, aplicada as retenções legais.

14.1.7. No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

14.1.8. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a contratada fica sujeita à retenção do pagamento, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.2.1. Realizar a entrega conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer os serviços e materiais necessários à execução as suas expensas;





14.2.2. Utilizar-se de empregados/Empresas habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.2.3. Manter-se durante a execução/entrega do objeto/serviços com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Art. 62 e seguintes da Lei 14.133/20221.

14.2.4. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas quanto ao serviço adquirido;

14.2.5. Comunicar a Secretaria requisitante e/ou servidor responsável, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução do objeto.

14.2.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à entrega dos materiais;

14.2.7. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte, decorrentes da execução do objeto;

14.2.8. Responder pelos danos causados diretamente a Administração Municipal e/ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do objeto;

14.2.9. Não será aceito materiais fora das especificações exigidas;

15. DO PAGAMENTO:

15.1. Concernente aos ditames expressos no art. 40, 141, Lei Federal 14.133/21 e IN 05/2017) a programação de execução de pagamento correrá da seguinte forma:

15.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a data de emissão da Nota Fiscal, devendo esse ser acompanhado das respectivas notas fiscais e/ou faturas devidamente certificada pelo responsável da pasta contados da entrega da Nota Fiscal/Fatura entregue encaminhadas à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito devidamente certificada pelo Responsável da Pasta/Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

15.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade contratual (multa) ou em razão de inadimplência referente à execução do objeto contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou à correção monetária.

15.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número do contrato e da conta bancária da Contratada.





15.5. A(s) Nota(s) Fiscal (is) /Fatura(s) deverá (16 o), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e aos Débitos Trabalhistas. Serão aceitas certidões positivas com efeito negativo.

15.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.7. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Pública, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365; I =$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M)

15.8. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

15.9. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas.

15.10. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

16. DAS SANÇÕES:

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;





II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação/contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei);

d) A aplicação da multa prevista no inciso II do art. 155 será calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

16.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.





16.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

16.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE a CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

16.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

16.10. Na aplicação das sanções deverá ser observado o princípio da proporcionalidade.

16.11. As sanções serão aplicadas sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

16.12. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

16.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

16.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos,





observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

16.15. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

16.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. DAS PRETENSÕES A SEREM ACANÇADAS:

17.1. Conforme o § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o demonstrativo dos resultados pretendidos deve levar em consideração a promoção da economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em complemento a isso, o TCU, define que os resultados pretendidos são os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação da solução, em termos de eficácia, eficiência, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade da contratação.

17.2. Por meio da presente contratação pretende-se garantir, para unidade participante e seus diversos setores, a qualidade necessária para atender o público-alvo com as atividades operacionais, suprimindo as demandas que compõe suas respectivas atividades finalísticas de forma eficiente ao desempenho de suas missões institucionais, prezando pelos princípios da economicidade, eficácia e eficiência. A pretensa contratação será benéfica e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que efetivará o exercício das atividades exercidas pela Superintendência de Comunicação Municipal, a fim de possibilitar a continuidade de serviços públicos essenciais.

18. DOS CASOS OMISSOS:

18.1 Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto no Termo de Referência, os chamados casos omissos, estes serão dirimidos respeitado o objeto dessa contratação, por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, aplicando-se paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da





teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira, disposições de direito privado e regulamentações expressas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Cacoal/ RO, 28 de Janeiro de 2026.

RESPONSÁVEIS PELA CONSOLIDAÇÃO E REVISÃO DO PRESENTE ESTUDO:



Assinado por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
THAUANY CAROLINE CARDOSO DE OLIVEIRA SILVA



29/01/2026 12:10:07

<https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=a0912dad-0db4-4269-b287-779087e12467>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

[Assinado Eletronicamente]
THAUANY CAROLINE C. DE OLIVEIRA SILVA
ASSESSOR TÉCNICO EM PLANEJAMENTO DE COMPRAS
Matrícula Nº 10883



Assinado por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
ELAINE CRISTINA UBÉDA



29/01/2026 11:59:11

<https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=a0912dad-0db4-4269-b287-779087e12467>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

[Assinado Eletronicamente]
ELAINE CRISTINA UBÉDA
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DE PROCESSOS – NFP
Matrícula Nº 5697

APROVO: O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA, CUJA FINALIDADE É SUBSIDIAR OS LICITANTES DE TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS SUPRAMENCIONADOS, ESTANDO PRESENTES OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO, SEU CUSTO E TODOS OS CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO DE FORMA CLARA E CONCISA.





Assinado por:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
AILTON PAULINO SOARES JUNIOR



29/01/2026 11:59:17

<https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=a0912dad-0db4-4269-b287-779087e12467>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

[Assinado Eletronicamente]
AILTON PAULINO SOARES JUNIOR
Superintendente de Comunicação
Decreto Nº 10.488/PMC/2025

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://sei.cacoal.ro.gov.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: a0912dad-0db4-4269-b287-779087e12467 - Página 21/21

